

Entidades cobram medidas mais eficazes para manter empregos após enchente

Flexibilização de regras trabalhistas e crédito mais acessível estão no topo das medidas elencadas. Sem esse auxílio, Estado corre o risco de registrar mais demissões, fechamento de empresas e fuga de talentos, segundo dirigentes de entidades

Empresários pressionam por mais ações para manter empregos no RS

Anderson Aires

anderson.aires@zerohora.com.br

Quase três meses após o pico da inundação, entidades empresariais seguem cobrando e no aguardo de medidas mais efetivas do governo federal para manter empregos no Rio Grande do Sul. Flexibilização em regras trabalhistas e crédito mais acessível para capital de giro e pagamento da folha estão no topo da lista de pedidos reunidos pelos principais setores da economia gaúcha. Sem isso, a possibilidade de mais demissões, fechamento de empresas e fuga de talentos ganha força.

Em junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou programa de manutenção de emprego e renda voltado a trabalhadores de empresas atingidas pela enchente. A medida oferece o complemento de duas parcelas de um salário mínimo aos trabalhadores. Além disso, dá outras ajudas indiretas na tentativa de assegurar empregos, como linhas de crédito e suspensão de pagamento de tributos. Federações empresariais avaliam que essas ações são diminutas.

O presidente da Federação das Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), Rodrigo Sousa Costa, diz que a ajuda que chegou é insuficiente. Segundo o dirigente, existe uma espécie de vaivém, onde os empresários pedem a medida necessária, o governo

nega e adota ação insatisfatória e fora da realidade. Isso cria um ambiente repetitivo que não ajuda, diz.

Ele avalia que, além da flexibilização trabalhista, é necessário garantir crédito mais acessível e com fundo garantidor. Não adianta apenas suspender contratos e outras obrigações sem garantir fôlego financeiro para essas empresas sobreviverem, segundo Costa.

Banco de horas negativo

De acordo com o presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado (Fecomércio RS), Luiz Carlos Bohn, a preservação do emprego passa, principalmente, pela aplicação de flexibilizações trabalhistas já previstas durante a pandemia de covid-19. Medidas como redução de jornada e uso de banco de horas teriam de passar por ato do Ministério do Trabalho.

— Há uma lei que permite criar flexibilizações na legislação, como, por exemplo, antecipação das férias, banco de horas, banco de horas negativo. Uma empresa fechada poderia considerar aquelas horas que segue pagando aos trabalhadores como banco de horas negativo. Ela fica com crédito em relação ao trabalhador — ilustra Bohn.

Por meio de comunicado, o presidente da Federação das Indústrias do Estado (Fieergs), Claudio Bier, afirmou que, apesar da relevância das medidas adotadas pelo governo federal até o momento, elas “parecem

insuficientes para garantir o pagamento, pelas empresas atingidas, direta e indiretamente, de empregados e evitar demissões”. Além da reedição do Benefício Emergencial (BEm), que permite flexibilizações trabalhistas e proteção de empregos, o dirigente destaca a necessidade de reativar o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), que prevê mais crédito para pagamento da folha.

Sem esses socorros, cresce a chance de aumento nas demissões, segundo os empresários. Na sequência, o fechamento de empresas ganharia impulso, afirma Bohn, com impacto maior nos pequenos negócios. Costa acrescenta também a fuga de talentos.

— Estamos tendo uma onda de demissões, perdendo mão de obra, que está migrando para outros Estados. Uma mão de obra qualificada — ressalta. —

O que diz o ministério

Procurador por Zero Hora, o Ministério do Trabalho informou que a reedição do BEm ou de ato que estabeleça flexibilizações trabalhistas não está em pauta no momento. Mas diz que a portaria que estabeleceu o subsídio para pagamento de parte dos salários de funcionários prevê que as empresas podem fazer acordos coletivos, com ações prevendo flexibilizações.

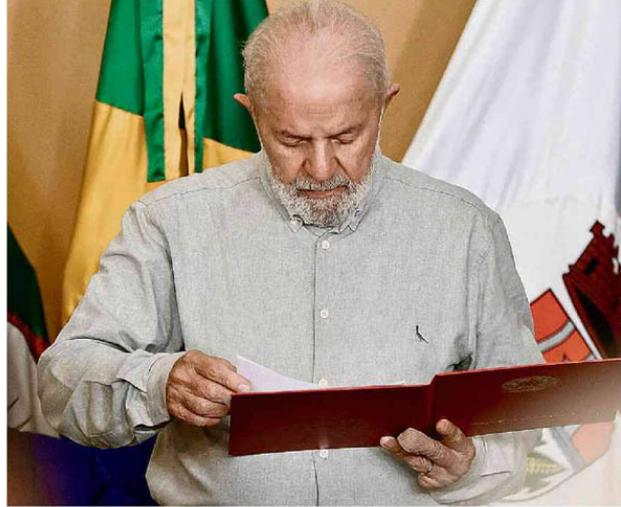
A situação

PRINCIPAIS INICIATIVAS DO GOVERNO FEDERAL

O Executivo encaminhou um auxílio financeiro de duas parcelas do salário mínimo (R\$ 1.412) para os trabalhadores formais das cidades que fazem parte da mancha de inundação. Também promoveu a suspensão de até quatro meses no recolhimento do FGTS pelas empresas dos municípios com decreto de situação de calamidade. Após esse período, existe uma carência de até dois meses, com pagamento parcelado em até quatro vezes. E suspendeu o recolhimento de tributos federais e do Simples Nacional.

PRINCIPAIS PEDIDOS DOS EMPRESÁRIOS

Flexibilização trabalhista, com permissão para redução da jornada de trabalho e salário, suspensão temporária do contrato e uso de banco de horas para compensar períodos de inatividade. O Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), usado durante a pandemia, seria uma das medidas nesse sentido. Linhas de crédito mais acessíveis para capital de giro, com um fundo garantidor, que facilite a adesão das empresas. Ampliação da suspensão de tributos para dar mais espaço para a recuperação das empresas. Crédito emergencial para pagamento da folha de salários de funcionários.



Lula anunciou, em junho, programa que oferece complemento salarial de um mínimo por dois meses

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Em Foco **Página:** 4